

NÉLSON HUNGRIA

Membro da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal.  
Membro da Comissão Elaboradora dos Anteprojetos da Lei das Contravenções  
Penais e do Código de Processo Penal. Ministro do Supremo Tribunal Federal

RENÉ ARIEL DOTTI

Corredator dos anteprojetos da Lei n. 7.209/1984 (reforma da Parte Geral do Código  
Penal) e da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Medalha Mérito Legislativo da  
Câmara dos Deputados (2007). Professor Titular de Direito Penal. Advogado

# COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL

Dec.-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984

Volume I

Tomo I

Arts. 1º a 10

Arts. 1º a 12

6ª edição

**GZ**  
EDITORA

Rio de Janeiro  
2017

6ª edição – 2014  
6ª edição – 2017 – 2ª tiragem

© Copyright  
Nelson Hungria

Atualizador  
René Ariel Dotti

Capa: Bruna C. Montenegro

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

H916c  
6. ed.  
v. I

Hungria, Nelson, 1891-1969

Comentários ao Código Penal: dec.-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984 / Nelson Hungria; René Ariel Dotti. – 6. ed. - Rio de Janeiro: LMJ, 2014.  
460 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-62027-52-9

1. Brasil. Código de processo penal militar. 2. Direito penal - Brasil. I. Dotti, René Ariel. II. Título.

14-14125

CDU: 344.3(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 - sala 202 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20010-170

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 - Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

### PRIMEIRA PARTE

Nélson Hungria

<b>Art. 1º Anterioridade da lei .....</b>	<b>3</b>
1. Princípio da legalidade .....	5
2. Evolução histórica do “nullum crimen, nulla poena sine lege” .....	15
3. Analogia e interpretação .....	34
4. Analogia “in bonam partem” .....	63
5. O costume .....	65
6. Erros da lei .....	65
7. Leis penais em branco.....	66
8. Tecnicismo jurídico-penal .....	66
9. Arbítrio judicial .....	69
 <b>Arts. 2º e 3º Lei penal no tempo – Lei excepcional ou temporária.....</b>	<b>71</b>
10. A lei penal no tempo. Direito penal transitório .....	73
11. A lei nova mais favorável.....	77
12. “Abolitio criminis” .....	79
13. Mudança da natureza da pena.....	80
14. Pena menos rigorosa quanto ao modo de execução.....	80
15. Redução quantitativa da pena .....	81
16. Modificativos da pena.....	81
17. Benefícios .....	82
18. Causas extintivas de punibilidade.....	84
19. Condições de processabilidade.....	86
20. Causas excludentes de responsabilidade, de crime, de pena ou de culpabilidade.....	86
21. Penas acessórias.....	87
22. Exclusão de extradição .....	87
23. Casos duvidosos .....	87
24. Tempo do crime .....	87
25. Crimes permanentes e continuados .....	89
26. Leis intermédias.....	89
27. Leis penais em branco .....	90
28. Leis interpretativas ou corretivas .....	90
29. Medidas de segurança e direito transitório.....	90
30. Leis excepcionais ou temporárias.....	90

31. Conflito aparente de normas .....	95
<b>Arts. 4º a 7º Lugar do crime – Extraterritorialidade – Pena cumprida no estrangeiro – Eficácia de sentença estrangeira .....</b>	<b>98, 99</b>
32. A lei penal no espaço .....	103
33. A regra adotada pelo Código e suas exceções .....	105
34. Lugar do crime.....	106
35. Território nacional .....	111
36. Domínio fluvial .....	116
37. Domínio marítimo.....	116
38. Domínio aéreo.....	118
39. Navios e aeronaves .....	119
40. Imunidades diplomáticas .....	123
41. Convenções, tratados, regras de direito internacional .....	126
42. Imunidades parlamentares.....	127
43. Crimes cometidos no estrangeiro. Extraterritorialidade .....	128
44. A regra “non bis in idem” .....	138
45. Exequibilidade de sentença penal estrangeira.....	140
 <b>Arts. 8º a 10 Contagem de prazo – Frações não computáveis da pena – Legislação especial .....</b>	 <b>143</b>
46. Decurso de prazo .....	144
47. Frações não computáveis da pena.....	145
48. Legislação especial .....	145

## SEGUNDA PARTE

René Ariel Dotti

<i>Siglas utilizadas</i> .....	149
 <b>Art. 1º Anterioridade da lei .....</b>	 <b>153</b>
<b>PRINCÍPIO DA LEGALIDADE</b> .....	<b>156</b>
§ 1º O marco constitucional.....	156
§ 2º O marco legal .....	157
§ 3º Evolução histórica do <i>nullum crimen, nulla poena sine lege</i> .....	157
§ 4º Tribunal de Nuremberg.....	159
§ 5º Elementos constitutivos da lei penal e seus destinatários .....	161
§ 6º Fontes da lei penal .....	161
§ 7º A lei escrita como única fonte de Direito Penal.....	162
§ 8º A proliferação de leis penais.....	164

§ 9º O abuso midiático da lei penal.....	165
§ 10. O direito penal do inimigo .....	167
§ 11. Analogia e interpretação .....	169
§ 12. Aspectos gerais da interpretação.....	171
§ 13. A interpretação da lei e o brocardo <i>in dubio pro reo</i> .....	173
§ 14. Analogia vedada.....	174
§ 15. Analogia admitida.....	175
§ 16. O costume .....	175
§ 17. Leis penais em branco .....	175
§ 18. Tipos penais abertos .....	176
§ 19. Concurso aparente de normas penais .....	177
§ 20. Critérios para resolver o conflito .....	179
§ 21. Medida de segurança .....	183
§ 22. Erros da lei .....	185
§ 23. Tecnicismo jurídico penal.....	185
§ 24. Arbítrio judicial na aplicação da pena.....	190
§ 25. “O juiz é o direito feito homem” .....	195
<b>DEMAIS PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL.....</b>	<b>195</b>
<b>Art. 2º Lei penal no tempo .....</b>	<b>197</b>
§ 1º O texto anterior.....	199
§ 2º O Código Penal de 1969 e a reforma de 1977 .....	199
§ 3º <i>Abolitio criminis</i> .....	200
§ 4º Retroatividade da lei mais benigna .....	200
§ 5º Hipóteses de retroatividade da lei mais benigna .....	202
§ 6º Ultratividade da lei penal mais benigna .....	202
§ 7º Retroatividade e irretroatividade da jurisprudência.....	205
§ 8º Combinação de leis sucessivas .....	205
§ 9º Sucessão de leis em relação aos crimes permanentes e continuados.....	206
§ 10. A lei vacante mais favorável ao réu.....	209
<b>Art. 3º Lei excepcional ou temporária.....</b>	<b>212</b>
§ 1º Conceito .....	213
§ 2º Eficácia temporal .....	213
<b>Art. 4º Tempo do crime .....</b>	<b>214</b>
§ 1º A redação original .....	215

§ 2º A lei penal no tempo .....	216
§ 3º A teoria do Código Penal.....	216
§ 4º Aspectos peculiares .....	217
§ 5º Modalidades de crimes quanto ao momento consumativo .....	217
<b>Art. 5º Territorialidade .....</b>	<b>219</b>
§ 1º Princípio da soberania .....	221
§ 2º Convenções e tratados .....	222
§ 3º Território nacional.....	224
§ 4º O princípio do pavilhão (ou da bandeira) .....	226
§ 5º Navios e aviões públicos e privados .....	226
§ 6º Privilégios ou prerrogativas funcionais? .....	227
§ 7º Imunidades parlamentares .....	228
§ 8º Imunidades diplomáticas.....	230
§ 9º Chefe de Estado.....	234
§ 10. Prerrogativas processuais .....	234
<b>Art. 6º Lugar do crime .....</b>	<b>235</b>
§ 1º Omissão no texto original do Código Penal .....	236
§ 2º As diversas teorias sobre o assunto.....	237
§ 3º A competência jurisdicional.....	237
§ 4º Crimes à distância.....	238
§ 5º Crime complexo, crime permanente e crime continuado.....	238
<b>Art. 7º Extraterritorialidade .....</b>	<b>239</b>
§ 1º Extraterritorialidade.....	242
§ 2º Extradicação.....	245
§ 3º Tribunal Penal Internacional.....	249
§ 4º Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional.....	251
<b>Art. 8º Pena cumprida no estrangeiro .....</b>	<b>252</b>
§ 1º <i>Non bis in idem</i> .....	252
§ 2º Omissão legislativa .....	253
§ 3º Hipóteses de graves incertezas .....	253
§ 4º Proibição de duplo processo pelo mesmo fato.....	255
§ 5º Legalização de injustiça material .....	255
<b>Art. 9º Eficácia da sentença estrangeira .....</b>	<b>255</b>

§ 1º Natureza e objetivos da norma .....	256
§ 2º O texto anterior .....	256
§ 3º Impropriedade de técnica legislativa .....	257
§ 4º A eficácia da sentença .....	257
§ 5º A homologação da sentença .....	257
<b>Art. 10. Contagem de prazo .....</b>	<b>258</b>
§ 1º Tratamentos diversos .....	258
§ 2º Contagem de dias, meses e anos .....	259
§ 3º Exemplos práticos .....	259
§ 4º Inaplicabilidade das Leis n. 810/49 e 1.408/51 .....	260
§ 5º Prazos fatais e improrrogáveis .....	260
<b>Art. 11. Frações não computáveis da pena .....</b>	<b>261</b>
§ 1º Desprezo de fração .....	261
§ 2º Desatualização .....	262
§ 3º Norma de conteúdo vazio .....	262
§ 4º Moeda corrente .....	262
§ 5º Frações do dia-multa .....	262
<b>Art. 12. Legislação especial .....</b>	<b>263</b>
§ 1º Direito Penal fundamental e Direito Penal complementar .....	263
§ 2º A lei especial exclui a aplicação da lei geral .....	264
§ 3º O desenvolvimento dos microsistemas .....	264
§ 4º Concurso real, concurso formal e aparente de normas incriminadoras .....	265
§ 5º Um direito penal de ocasião .....	265
§ 6º A necessidade de um comando reitor .....	266
§ 7º A reforma do sistema penal por lei complementar .....	267

## APÊNDICE

<b>NOTA EXPLICATIVA .....</b>	<b>271</b>
<b>NÉLSON HUNGRIA: O PASSAGEIRO DA DIVINA COMÉDIA .....</b>	<b>276</b>
A homenagem por ocasião da aposentadoria .....	276
A homenagem pela ocasião do centenário .....	276
O texto do discurso perante o Supremo Tribunal Federal .....	278
Hungria, o defensor de Chessmann .....	289
Sobre a pena de morte no Brasil .....	300
Clássicos da literatura .....	302

<b>NOVAS TEORIAS E DIRETRIZES DO DIREITO PENAL.....</b>	<b>303</b>
<b>NOVOS RUMOS DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>313</b>
<b>COSTA E SILVA, PENALISTA .....</b>	<b>325</b>
Crítica ao Código Penal de 1890 .....	326
Resíduos da Doutrina Medieval .....	328
Das penas.....	330
Analogia.....	331
Elaboração do Código Penal vigente .....	332
Dolo eventual .....	333
Preterintencionalidade.....	334
Responsabilidade sem culpa .....	336
Crime culposos.....	337
Erro de direito.....	338
Outras sugestões .....	339
Conclusão .....	342
<b>CRIME CONTINUADO .....</b>	<b>344</b>
Teoria objetiva.....	344
Art. 51, § 2º, do Código Penal .....	347
Doutrinas alemã e italiana.....	347
Elemento subjetivo unitário.....	351
Opinião de Roberto Lyra.....	355
Definição e requisitos.....	357
Condições de tempo e de lugar.....	358
Maneira de execução.....	359
<b>ORTOTANÁSIA OU EUTANÁSIA POR OMISSÃO .....</b>	<b>361</b>
<b>A AUTORIA INTELECTUAL DO CÓDIGO PENAL DE 1940 .....</b>	<b>367</b>
<b>O ASILO POLÍTICO .....</b>	<b>373</b>
<b>DADOS BIOGRÁFICOS.....</b>	<b>383</b>
<b>REUNIÃO DA COMISSÃO REVISORA DO ANTROPROJETO DE CÓDIGO PENAL .....</b>	<b>387</b>
<b>CARTA DE EUGÊNIO RAÚL ZAFFARONI.....</b>	<b>388</b>
<b>QUADRO DA LEGISLAÇÃO COMPARADA .....</b>	<b>389</b>
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CP 1940 (PARCIAL).....</b>	<b>393</b>
 PLANO GERAL DOS COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL .....	 401
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	403